



CONSELHO REGIONAL DE ODONTOLOGIA DE RORAIMA

REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO REGIONAL DE ODONTOLOGIA DE RORAIMA

(Aprovado pela Resolução CRO-RR-001/2014, de 11 de julho de 2014)

CAPÍTULO I DA NATUREZA, DA JURISDIÇÃO, DA SEDE E DO FORO

Art. 1º. O Conselho Regional de Odontologia de Roraima, também designado pela sigla “CRO-RR”, criado pela Lei nº 4.324, de 14 de abril de 1964, regulamentada pelo Decreto nº 68.704, de 03 de junho de 1971, constitui com o Conselho Federal de Odontologia e os demais Conselhos Regionais de Odontologia, uma Autarquia Federal, dotada de personalidade jurídica de direito público com autonomia administrativa e financeira.

Parágrafo único. O CRO-RR, sem prejuízo de sua vinculação ao Conselho Federal de Odontologia, é dotado, também, de personalidade jurídica de direito público e autonomia financeira e administrativa.

Art. 2º. O CRO-RR se rege pelas disposições da Lei que o criou, do Decreto que o regulamentou, pelos atos do Conselho Federal de Odontologia e por este Regimento.

Art. 3º. A jurisdição do CRO-RR abrange todo território do Estado e sua sede é na Capital.

Art. 4º. O foro do CRO-RR está localizado na Capital do Estado e a Justiça Federal é a competente para processar e julgar as causas em que for interessado na condição de autor, réu, assistente ou oponente, exceto as de falência e as sujeitas à Justiça Eleitoral e à Militar.

CAPÍTULO II DAS FINALIDADES E CONSTITUIÇÃO

Art. 5º. O CRO-RR é a unidade Regional através da qual a Autarquia, no Estado de Roraima, responde perante o Poder Público, pelo efetivo atendimento dos objetivos legais de interesse público que determinaram a sua criação.

Art. 6º. São finalidades do CRO-RR, em todo o território do Estado de Roraima:

- I - Supervisionar a Ética profissional;
- II - Zelar pelo bom conceito da Odontologia e dos profissionais que a exercem legalmente (Cirurgiões-Dentistas, Técnicos e Auxiliares);
- III - Orientar, aperfeiçoar, disciplinar e fiscalizar o exercício da Odontologia, com a promoção e utilização dos meios de maior eficácia presumida;
- IV - Defender o livre e correto exercício dos profissionais da Odontologia;

CONSELHO REGIONAL DE ODONTOLOGIA DE RORAIMA

Regimento Interno do CRO-RR - Resolução CRO-RR-001/2014

-continuação-

-2-

- V - Julgar, dentro de sua competência, as infrações à Lei e à Ética profissional;
- VI - Funcionar como órgão consultivo de Governo e de Parlamento, no que tange ao exercício e aos interesses profissionais daqueles que exercem a Odontologia; e,
- VII - Contribuir ao aprimoramento da Odontologia e de seus profissionais.

Parágrafo único. No atendimento de suas finalidades o CRO-RR exerce as seguintes funções:

- a) Deliberativa;
- b) Administrativa ou executiva;
- c) Normativa ou regulamentar;
- d) Contenciosa, de primeira instância;
- e) Supervisora;
- f) Fiscalizadora; e,
- g) Disciplinar.

Art. 7º. O CRO-RR é constituído por 05 (cinco) Membros Efetivos, designados pelo título de “Conselheiros Regionais”, e igual número de suplentes, todos de nacionalidade brasileira, com mandato bienal, eleitos em escrutínio secreto, por maioria absoluta de votos dos Cirurgiões-Dentistas inscritos, na forma estabelecida pela Lei e, em regulamento especial, pelo Conselho Federal de Odontologia previsto neste Regimento.

Art. 8º. A administração do CRO-RR é exercida por uma Diretoria, com mandato bienal, integrada por 01 (um) Presidente, 01 (um) Secretário e 01 (um) Tesoureiro, eleitos em escrutínio secreto, por maioria absoluta de votos, pelos membros efetivos dentre eles escolhidos, como dispõe este Regimento.

Parágrafo único. Bienalmente, a eleição e posse dos membros da Diretoria ocorrerão em sessão em que forem empossados os membros eleitos para compor o Plenário.

Art. 9º. O CRO-RR atenderá suas finalidades, através dos órgãos integrantes de sua estrutura.

CAPÍTULO III DA ESTRUTURA E COMPETÊNCIA

Art. 10. A estrutura do CRO-RR compreende:

- I - Órgão Deliberativo: **Assembleia Geral e Plenário;**
- II - Órgãos Deliberativos-Executivos: **Diretoria e Secretaria da Presidência, com os Órgão Técnicos;**
- III - Órgãos Complementares: **Comissões e Representações de caráter permanente;**
- IV - Órgãos Técnicos: **Consultorias, Assessorias e Comissões específicas, dentre estas, aquelas constituídas por profissionais auxiliares; e,**
- V - Órgãos Auxiliares: **Setores Administrativos, Delegacias, Escritórios e Representações.**

CONSELHO REGIONAL DE ODONTOLOGIA DE RORAIMA

Regimento Interno do CRO-RR - Resolução CRO-RR-001/2014
-continuação-

-3-

§ 1º. Os órgãos a que se refere este artigo funcionarão coordenados, com hierarquia e atribuições definidas neste Regimento.

§ 2º. Os cargos de Conselheiro, Conselheiro Diretor, Presidente e Membro de Comissões são de exercício honorífico, considerados como serviço público relevante.

Art. 11. Através de sua **Assembleia Geral**, compete ao CRO-RR:

- I - Apreciar o relatório anual da Diretoria;
- II - Apreciar, anualmente, as contas da Diretoria;
- III - Autorizar as operações imobiliárias referentes às mutações que impliquem em reduções no valor de seu patrimônio;
- IV - Fixar ou alterar os valores das taxas, e emolumentos e contribuições cobradas pela Autarquia;
- V - Eleger 01 (um) Delegado e suplente para participar da Assembleia a que se refere o artigo 3º da Lei nº 4.324, de 14/04/1964 e o artigo do Decreto nº 68.704 de 03/06/1971, que a regulamentou;
- VI - Deliberar sobre as questões ou consultas submetidas à sua decisão, pelo Plenário ou pela Diretoria; e,
- VII - Aprovar as atas de suas reuniões.

Art. 12. Através de seu **Plenário**, compete ao CRO-RR:

- I - Eleger a Diretoria, a Comissão de Tomadas de Contas, a Comissão de Ética e dar posse aos seus membros;
- II - Julgar e decidir, nos limites de sua competência legal, sobre matéria processual, orçamentária, disciplinar, normativa, eleitoral e ético-profissional, especialmente quanto:
 - a) Às infrações às disposições da Lei nº 4.324, de 14/04/1964, do Decreto nº 68.704, de 03/06/1971, que a regulamentou, da Lei nº 5.081, de 24/08/1966, e das demais leis de interesse da Odontologia;
 - b) Às infrações às disposições do Código de Ética Odontológica e das demais normas regulamentadoras emanadas pelo CFO e pelo CRO-RR;
 - c) Ao deferimento de inscrições para fins de exercício profissional;
 - d) Ao cancelamento de inscrição;
 - e) À cassação do exercício profissional “ad referendum” do Conselho Federal;
 - f) À imposição de penalidade;
 - g) Aos recursos interpostos às decisões da Diretoria;
 - h) Aos recursos interpostos às decisões da Comissão de Ética;
 - i) À concessão de licença aos seus membros;
 - j) Aos pedidos de dispensas ou renúncia de seus membros;
 - k) Aos casos conflitivos ou omissos em Leis, Decretos, Regulamentos, neste Regimento ou em outros quaisquer atos normativos; e,

CONSELHO REGIONAL DE ODONTOLOGIA DE RORAIMA

Regimento Interno do CRO-RR - Resolução CRO-RR-001/2014

-continuação-

-4-

- l) Aos assuntos relativos ao exercício da profissão de Cirurgião-Dentista, de técnicos e auxiliares da Odontologia e às atividades vinculadas à Odontologia.
- I - Propor ao Conselho Federal de Odontologia emendas ou alterações da Lei nº 4.324, de 14/04/1964, de seu Decreto regulamentador e da Lei nº 5.081, de 24/08/1966, assim como a elaboração ou emendas de outras leis referentes ao exercício da Odontologia e profissões auxiliares;
- II - Aprovar e alterar o seu Regimento Interno, para homologação pelo Conselho Federal de Odontologia;
- III - Emitir pronunciamento sobre a elaboração do Código de Ética Odontológica e suas alterações, quando consultado pelo Conselho Federal de Odontologia;
- IV - Julgar os pedidos de inscrições e registros de candidatos às eleições para os cargos de Conselheiros e para a função de Delegado-Eleitor;
- V - Autorizar a instalação de Delegacias e Regionais, Escritórios ou Representações, nos Municípios, para sua representação, e estabelecer as normas para o funcionamento;
- VI - Apresentar e encaminhar à Assembleia Geral o relatório anual da Diretoria;
- VII - Apresentar os relatórios anuais de suas Delegacias, Escritórios e Representações;
- VIII - Propor à Assembleia Geral as operações imobiliárias a que se refere o item III, do artigo 11;
- IX - Elaborar e aprovar, anualmente, a programação de atividades mínimas a serem incluídas pela Diretoria em seu plano de administração;
- X - Aprovar a sua proposta orçamentária e as reformulações de seu orçamento;
- XI - Apreciar e encaminhar à Assembleia Geral, anualmente, as contas da Diretoria;
- XII - Autorizar a celebração de acordos ou convênios de assistência técnica e financeira com órgãos ou entidades, públicas ou particulares, no sentido de obter deles e a eles oferecer cooperação em prol do desenvolvimento da Odontologia;
- XIII - Autorizar e supervisionar, para fins de reconhecimento e habilitação ao exercício profissional, a fiscalização e o funcionamento em todo o Estado, ressalvada a competência dos órgãos próprios do Ministério da Educação e Cultura, e de outros Órgãos Oficiais, de cursos ou exames de formação de Cirurgiões-Dentistas especialistas e de profissionais de atividades auxiliares de Odontologia;
- XIV - Reconhecer as entidades associativas da classe;
- XV - Conceder distinções ou honrarias em nome do CRO-RR;
- XVI - Conceder as atas de suas reuniões, conforme deliberação do

CONSELHO REGIONAL DE ODONTOLOGIA DE RORAIMA

Regimento Interno do CRO-RR - Resolução CRO-RR-001/2014

-continuação-

-5-

- Plenário;
- XVII - Delegar sua competência; e,
 - XVIII - Autorizar as operações relativas às mutações de seu patrimônio salvo aquelas a que se refere o item III, do artigo 11.

Art. 13. Através de sua **Diretoria**, assessorado por seus órgãos técnicos e auxiliares, coordenados pela Secretaria da Presidência, compete ao CRO-RR:

- I - Administrar a Autarquia, expedindo as instruções necessárias a um constante aprimoramento de seus serviços;
- II - Cumprir e fazer cumprir as deliberações do Conselho Federal de Odontologia, de sua Assembleia Geral e de seu Plenário;
- III - Instruir os processos a serem apreciados pela Assembleia Geral e pelo Plenário;
- IV - Orientar, disciplinar e fiscalizar, através de instruções, em todo o território de sua jurisdição, a fiel execução das normas regulamentares do exercício da profissão de Cirurgião-Dentista e dos Técnicos e Auxiliares da Odontologia, adotando providências para manter a uniformidade daquela execução;
- V - Propor ao Conselho Federal de Odontologia as medidas que, no âmbito Federal, sejam necessárias à regularidade de suas atividades e à fiscalização do exercício profissional;
- VI - Elaborar:
 - a) O relatório anual de suas atividades;
 - b) A sua proposta orçamentária e as de reformulação de seu orçamento;
 - c) As propostas de abertura de créditos adicionais, especiais ou suplementares ao seu orçamento;
 - d) O seu processo de prestação de contas; e,
 - e) A sua tabela de empregos, com base na legislação trabalhista.
- VII - Criar e designar os integrantes de Consultorias, Assessorias e Comissões para a execução de determinadas tarefas exigidas para o desempenho de sua competência, ou para atingir fins que não recomendam a criação de serviços permanente podendo compor os referidos órgãos, inclusive, com elementos estranhos aos seus quadros;
- VIII - Publicar, periodicamente, em órgãos internos de divulgação, os seus atos oficiais e matéria de interesse da administração da Autarquia;
- IX - Efetuar em livros próprios, a inscrição:
 - a) Dos cirurgiões-dentistas habilitados ao exercício da profissão, na jurisdição;
 - b) Dos cirurgiões-dentistas habilitados ao exercício das Especialidades Odontológicas;
 - c) Dos profissionais habilitados nos termos dos Decretos nº

CONSELHO REGIONAL DE ODONTOLOGIA DE RORAIMA

Regimento Interno do CRO-RR - Resolução CRO-RR-001/2014

-continuação-

-6-

- 20.862 e nº 20.877, respectivamente, de 28 e 30 de dezembro de 1931, nº 21.073 de 22/02/1932 e nº 22.501 de 27/02/1933, respeitando o limite de prazo a que se refere o Decreto nº 23.540, de 04/12/1933;
- d) Dos profissionais habilitados ao exercício de atividades da Odontologia;
 - e) Das empresas, entidades e outras organizações que, a qualquer título, exerçam atividade na área da Odontologia;
 - f) Das ordens honoríficas, títulos de benemerência, medalhas, diplomas de mérito e outras dignidades vinculadas, direta ou indiretamente, à Odontologia.
- X - Organizar e manter atualizados, através de publicação na Imprensa Oficial, cadastro de âmbito estadual que arrole:
- a) Os profissionais, as entidades e organizações e honorarias a que se referem às alíneas do artigo anterior;
 - b) Dos cursos de ensino odontológico, inclusive de pós-graduação, em nível de mestrado e de doutorado, e de especialização reconhecida pelo Conselho Federal de Odontologia; e,
 - c) Dos cursos de formação de profissionais de atividades auxiliares da Odontologia.
- XI - Exercer a fiscalização a que se refere o item XV, do artigo 12, considerada a vinculação, direta ou indireta à Odontologia, de:
- a) Anúncio, publicidade e propaganda, e;
 - b) Noticiários, pronunciamentos, entrevistas, ou quaisquer manifestações, através de órgãos leigos de comunicação.
- XII - Fiscalizar as empresas, entidades e organizações referidas na alínea “e”, do item IX, deste artigo;
- XIII - Propor ao Plenário a celebração dos acordos ou convênios de que trata o item XIV, do artigo 12;
- XIV - Expedir carteiras e cartões de identidade para habilitação ao exercício, na jurisdição, das profissões vinculadas à Odontologia, segundo os modelos aprovados pelo Conselho Federal de Odontologia;
- XV - Expedir cartões de identificação funcional ou de credenciamento para os membros do CRO-RR, seus servidores ou terceiros, que a qualquer título, prestam à Autarquia serviços de natureza permanente;
- XVI - Padronizar modelos de impressos para uso próprio;
- XVII - Designar os Delegados Regionais, encarregados dos Escritórios de Representação e Representantes;
- XVIII - Delegar sua competência;
- XIX - Exercer “*ad referendum*”, a competência do Plenário, quando exigida tal providência para a regularidade da

CONSELHO REGIONAL DE ODONTOLOGIA DE RORAIMA

Regimento Interno do CRO-RR - Resolução CRO-RR-001/2014

-continuação-

-7-

- XX - administração; e,
- Cumprir e fazer cumprir este Regimento.

**CAPÍTULO IV
DA ASSEMBLEIA GERAL**

Art. 14. A Assembleia Geral é um órgão deliberativo do CRO-RR, constituído pelos Cirurgiões-Dentistas nele inscritos, que se achem no pleno gozo de seus direitos políticos e profissionais, e quite quanto às suas obrigações pecuniárias para com a Autarquia.

Parágrafo único. É vedado ao Cirurgião-Dentista titular de inscrição secundária no CRO-RR, a participar de sua Assembleia Geral.

Art. 15. A Assembleia Geral, quando instalada, funcionará com a seguinte estrutura:

- I - **Mesa Diretora**, integrada pelos 05 (cinco) membros efetivos do CRO-RR;
- II - **Corpo de Vogais**, constituídos pelos Cirurgiões-Dentistas mencionados no artigo anterior, excetuando os integrantes de Mesa Diretora;
- III - **Assessoria Técnica**, integrada pelos assessores técnicos convocados ou convidados; e,
- IV - **Assessoria Executiva**, integrada pelos servidores convocados para o desempenho de atividades auxiliares.

Art. 16. A Presidência da Assembleia Geral e de sua Mesa Diretora será exercida, pelo Presidente do CRO-RR.

Art. 17. Os trabalhos da Assembleia Geral e de sua Mesa Diretora serão secretariados pelo Secretário do CRO-RR.

Parágrafo único. Nos impedimentos eventuais do Presidente do CRO-RR, a presidência da Assembleia Geral e de sua Mesa Diretora será exercida, cumulativamente e sucessivamente, pelos demais membros da Mesa Diretora, observando a seguinte ordem: Secretário, Tesoureiro, e os outros dois membros, com a precedência da inscrição mais antiga.

Art. 18. Compete à Assembleia Geral o desempenho das disposições no artigo 11.

Art. 19. A Assembleia Geral reunir-se-á em sessões ordinárias:

- a) Anualmente, na época própria, para apreciação das contas do relatório da Diretoria; e,
- b) No prazo de 45 (quarenta e cinco) dias após a data da posse dos novos membros de um Plenário eleito ou designado, para apreciação das contas e do relatório da Diretoria da composição substituída.

Parágrafo único. Nos casos de reeleição ou prorrogação do mandato é indispensável à reunião a que se refere à alínea “b”.

Art. 20. A Assembleia Geral reunir-se-á em sessões extraordinárias para deliberar sobre questões de sua competência, excetuadas as previstas no artigo anterior, ou, quando da ocorrência de evento que, por seu vulto, importância ou urgência, a critério do

CONSELHO REGIONAL DE ODONTOLOGIA DE RORAIMA

Regimento Interno do CRO-RR - Resolução CRO-RR-001/2014

-continuação-

-8-

Plenário ou da Diretoria, justifique a providência.

Art. 21. A Assembleia Geral será convocada pelo Presidente do CRO-RR, através de edital publicado na Imprensa Oficial, com antecedência mínima de 10 (dez) dias da data marcada para sua realização, do qual deverá constar expressamente: data, local e ordem do dia da reunião.

Art. 22. O “quorum” mínimo para a instalação da Assembleia Geral, em primeira convocação, é constituído pela maioria absoluta de seus membros e, em, segunda convocação, com qualquer número dos membros presentes.

§ 1º. A verificação do “quorum” precederá da abertura dos trabalhos, das sessões e será feita através da chamada processada pelo Secretário e após a assinatura do livro de presença.

§ 2º. A inexistência de “quorum” na primeira convocação implicará na transferência da Assembleia Geral para meia hora depois.

Art. 23. As deliberações da Assembleia Geral serão tomadas por maioria absoluta de votos dos membros presentes, divulgadas através dos atos do Presidente e, constarão de atas das sessões respectivas, as quais serão, obrigatoriamente, assinadas pelos integrantes da Mesa Diretora e, optativamente, pelos membros do Corpo de Vogais.

§ 1º. Ao término dos trabalhos, o Presidente suspenderá a sessão pelo tempo necessário à lavratura da ata, reabrindo-a, posteriormente, à leitura, discussão, aprovação e assinatura da ata lavrada.

§ 2º. As alterações da ata constarão de termo aditivo que passará a integrar seu texto.

Art. 24. A Assembleia Geral reunida para o fim eleitoral a que se refere o item V, do artigo 11, observará, naquela eleição as normas específicas estabelecidas pelo Conselho Federal de Odontologia sobre a matéria.

Art. 25. A leitura de documentos durante a sessão poderá ser resumida por proposta da Mesa Diretora, submetida à Assembleia Geral.

Parágrafo único. Ao término da leitura resumida do documento, será concedida a palavra, somente para fins de esclarecimento pela Mesa Diretora quanto ao texto resumido, por 03(três) minutos, a quem solicitar.

Art. 26. Para fazer uso da palavra, o participante da Assembleia Geral deverá inscrever-se, mediante comunicação verbal à Mesa Diretora, antes do início da discussão do assunto sobre o qual deseja pronunciar-se.

§ 1º. O Presidente louvando-se em informações do Secretário, determinará a sequência dos oradores na discussão, por ordens das respectivas solicitações, salvo quando, a critério justificado da Mesa Diretora, tal ordem deve ser alterada em benefício do encaminhamento da discussão.

§ 2º. Não será permitido o uso da palavra, durante a discussão, por mais de uma vez sobre o mesmo assunto, limitado o tempo respectivo a 05 (cinco) minutos.

§ 3º. Os apartes serão solicitados à Mesa Diretora e admitidos com o consentimento do orador, apenas para esclarecimento.

§ 4º. Sem prejuízo do tempo destinado ao orador, é limitado a 02 (dois) minutos concedido a cada aparteante, podendo, porém ser excedido este limite, quando o orador transferir ao aparteante, no todo ou em parte, o restante de seu tempo.

Art. 27. Mediante requerimento de qualquer membro participante e a critério da Mesa Diretora, poderá ser:

- a) Alterada a sequência dos assuntos constantes da Ordem do dia,

CONSELHO REGIONAL DE ODONTOLOGIA DE RORAIMA

Regimento Interno do CRO-RR - Resolução CRO-RR-001/2014

-continuação-

-9-

respeitados os que se encontrarem em regime de urgência;

- b) Estabelecido critério prévio para a discussão e votação de determinados assuntos; e,
- c) Permitido o destaque de emendas.

Art. 28. Por proposta da Mesa Diretora, aprovada pela Assembleia Geral, poderá ser promovida, através da autoridade competente, a retirada do recinto da sessão, do participante, cujo procedimento o torne inconvenientes ao processamento dos trabalhos.

Art. 29. O Plenário é também um órgão deliberativo do CRO-RR, constituído pelos 05 (cinco) membros efetivos ou Conselheiros Regionais, no exercício de seus mandatos.

§ 1º. Na ocorrência da vaga, falta ou procedimento ocasional do Membro Efetivo, será convocado pelo Presidente, para substituí-lo, um Membro ou Conselheiro Regional Suplente que, após ser empossado no cargo, passe a exercê-lo em caráter de plena atividade, durante o período de duração da convocação.

§ 2º. O Conselheiro Regional que faltar, sem justificativa ou licença prévia, a 03 (três) sessões consecutivas ou 06 (seis) intercaladas, perderá o mandato, sendo declarada a vacância do cargo, para fins de convocação de suplente.

§ 3º. O afastamento do cargo de Conselheiro, por licença ou qualquer outro motivo, por mais de 180 (cento e oitenta) dias, consecutivos ou intercalados, implicará na perda do mandato, sendo declarada a vacância do cargo, para fins de convocação de suplente.

§ 4º. Poderão ser integrados ao Plenário, na qualidade de convocados ou convidados, e participarem de seus trabalhos, sem direito de voto, os suplentes e outras pessoas, a critério da Diretoria.

Art. 30. O Plenário, em seus períodos de atividades, funcionará com a seguinte estrutura:

- I - **Mesa Diretora**, integrada de pelo menos 03 (três) Conselheiros em exercício dos cargos da Diretoria;
- II - **Corpo de Vogais**, constituído pelos 02 (dois) Conselheiros não integrantes da Diretoria;
- III - **Corpo de Assistentes**, compreendendo os participantes que se refere o parágrafo quarto, do artigo 29;
- IV - **Assessoria Técnica**, integrada pelos Assessores Técnicos convocados ou convidados; e,
- V - **Assessoria Executiva**, integrada pelos servidores convocados para o desempenho de atividades auxiliares.

Art. 31. A Presidência do Plenário é exercida pelo Presidente do CRO-RR.

Parágrafo único. Nos impedimentos eventuais do Presidente, a Presidência do Plenário será exercida sucessivamente, pelos demais membros da Mesa Diretora, observada a seguinte ordem de precedência: Secretário e Tesoureiro.

Art. 32. Os trabalhos do Plenário serão secretariados pelo Secretário do CRO-RR.

Parágrafo único. Nos impedimentos eventuais do Secretário, a Secretaria do Plenário será exercida por Secretário "ad hoc", designado e empossado pelo Presidente, e escolhido entre os membros do Corpo de Vogais.

Art. 33. Compete ao Plenário o desempenho das disposições do artigo 12, decidindo, como órgão superior, sobre a matéria processual, orçamentária, disciplinar, normativa, regimental, eleitoral ou de Ética profissional.

CONSELHO REGIONAL DE ODONTOLOGIA DE RORAIMA

Regimento Interno do CRO-RR - Resolução CRO-RR-001/2014

-continuação-

-10-

Art. 34. O Plenário reunir-se-á, por convocação do Presidente, em sessões ordinárias e extraordinárias.

Parágrafo único. As sessões terão caráter privado, podendo, no entanto, serem realizadas sessões secretas e públicas.

Art. 35. É ordinária a sessão cuja realização tenha sido prevista no programa anual de trabalhos do CRO-RR e as despesas respectivas incluídas na previsão orçamentária do exercício.

Parágrafo único. O intervalo entre duas sessões ordinárias consecutivas não poderá ser superior a 60 (sessenta) dias.

Art. 36. É extraordinária a sessão convocada nos períodos de recesso do Plenário, quando da ocorrência de evento que, por seu vulto e importância, a critério da Diretoria, justifique a providência.

§ 1º. As despesas com a sessão extraordinária correrão à conta de créditos especiais.

§ 2º. A convocação de sessão extraordinária será específica para a apreciação do evento que a obrigar e precedida de justificação.

Art. 37. O Plenário delibera por maioria de votos, cabendo ao Presidente o voto de qualidade.

§ 1º. O “quorum” mínimo para deliberar será de 3 (três) membros efetivos.

§ 2º. A verificação do “quorum” precederá a abertura dos trabalhos das sessões e será feita através da chamada processada pelo Secretário e após a assinatura do livro de presença.

§ 3º. A inexistência de “quorum” implicará na transferência da sessão, pelo Presidente, para outra hora ou dia.

Art. 38. As deliberações do Plenário serão divulgadas através de atos do Presidente e constarão das atas das sessões respectivas, que serão, obrigatoriamente, assinadas pelos membros da Mesa Diretora e do Corpo de Vogais e, optativamente, pelos demais participantes das sessões.

Art. 39. As sessões ordinárias constarão de:

- I - Discussão e aprovação da ata da sessão anterior, cuja leitura será dispensada, se distribuídas cópias da mesma aos Conselheiros, com a antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, da data da realização da sessão;
- II - Comunicações, inscrições de oradores e entrega à Mesa Diretora de proposta e requerimento a serem levados à consideração do Plenário;
- III - Ordem do dia compreende:
 - a) Designação de Comissões;
 - b) Distribuição de processos;
 - c) Trabalhos nas Comissões;
 - d) Julgamento de processos;
 - e) Apreciação dos relatórios das Comissões;
 - f) Discussão das propostas e requerimento; e,
 - g) Assuntos gerais.

Art. 40. Em manual normativo e específico, serão compilados os procedimentos a serem observados durante os trabalhos das sessões.

CONSELHO REGIONAL DE ODONTOLOGIA DE RORAIMA

Regimento Interno do CRO-RR - Resolução CRO-RR-001/2014
-continuação-

-11-

Art. 41. São atribuições da **Mesa Diretora**, através de seus integrantes:

I - **Presidente:**

- a) Abrir, presidir, suspender, adiar e encerrar as sessões;
- b) Designar Comissões e Relatores;
- c) Dar posse aos membros suplentes convocados para participarem das sessões;
- d) Designar membros “*ad hoc*” e dar-lhes posse;
- e) Coordenar os trabalhos de Assessoria Técnica; e,
- f) Exercer o voto de qualidade.

II - **Secretário:**

- a) Substituir o Presidente em seus impedimentos;
- b) Fazer as verificações e proclamações de “*quorum*”;
- c) Apresentar e incorporar ao Plenário os integrantes do corpo de assistente;
- d) Coordenar os trabalhos das Comissões;
- e) Supervisionar os trabalhos de Assessoria Executiva;
- f) Supervisionar a elaboração da ata da sessão;
- g) Fazer a distribuição dos processos;
- h) Participar das comissões;
- i) Participar dos debates;
- j) Exercer funções de Relator;
- k) Exercer função “*ad hoc*”; e,
- l) Exercer o direito do voto.

III - **Tesoureiro:**

- a) Substituir o Presidente em seus impedimentos eventuais, na ausência do Secretário;
- b) Coordenar as atividades do Corpo de Vogais e do Corpo de Assistentes;
- c) Participar das Comissões;
- d) Participar de debates;
- e) Exercer função de Relator;
- f) Exercer função “*ad hoc*”; e,
- g) Exercer direito do voto.

Art. 42. São atribuições do **Corpo de Vogais**, através de seus integrantes:

- I - Substituir, por seu membro de inscrição mais antiga, o Presidente em seus impedimentos eventuais, na ausência simultânea dos demais integrantes da Mesa Diretora;
- II - Participar de debates;
- III - Exercer a função de Relator;
- IV - Exercer função “*ad hoc*”; e,
- V - Exercer o direito do voto.

Art. 43. São atribuições do **Corpo de Assistentes**, através de seus integrantes:

- I - Participar de Comissões; e,
- II - Participar de Debates.

Art. 44. São atribuições de **Assessoria Técnica**, através de seus integrantes:

CONSELHO REGIONAL DE ODONTOLOGIA DE RORAIMA

Regimento Interno do CRO-RR - Resolução CRO-RR-001/2014

-continuação-

-12-

- I - Participar de Comissões; e,
- II - Participar de debates, para esclarecimentos técnicos, quando interpelada e autorizada pelo Presidente.

Art. 45. Cabe à Assessoria Executiva desempenhar as funções auxiliares de apoio ao processamento das sessões.

**CAPÍTULO VI
DA COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS**

Art. 46. A Comissão de Tomadas de Contas, também designada pela sigla “CTC”, é um órgão assessor do Plenário, de caráter consultivo-fiscal.

Art. 47. Integram a Comissão de Tomadas de Contas 03 (três) Conselheiros eleitos pelo Plenário, em escrutínio secreto, por maioria de votos.

§ 1º. A eleição e posse dos membros da Comissão de Tomadas de Contas deverão ocorrer na mesma sessão em que for eleita e empossada cada Diretoria.

§ 2º. Os mandatos dos membros da Comissão de Tomada de Contas são coincidentes com os dos membros da Diretoria.

§ 3º. É incompatível o exercício simultâneo de cargo da Diretoria com o de membro da CTC.

§ 4º. Ficam impedidos de integrar a CTC os ex-membros das Diretorias cujas contas ainda não tenham sido aprovadas pelo Plenário, ou tenham sido parcialmente, ou com restrições.

§ 5º. Respeitado o limite máximo de seus 2/3 (dois terços), a Comissão de Tomada de Contas poderá ser integrada pelos membros suplentes do CRO-RR.

Art. 48. Compete à Comissão de Tomada de Contas:

- I - Emitir parecer, para consideração e julgamento do Plenário, nos balancetes e processos de tomada de contas do CRO-RR, fazendo referência expressa aos resultados das seguintes verificações:
 - a) Recebimento das rendas integrantes da receita;
 - b) Regularidade do processamento e dos documentos comprobatórios da outorga ou recebimento de legados, doações e subvenções;
 - c) Regularidade de procedimento de aquisições, alienações e baixas de bens patrimoniais;
 - d) Regularidade na transferência dos recursos da receita do Conselho Federal de Odontologia, arrecadados por intermédio do CRO-RR; e,
 - e) Regularidade dos documentos comprobatórios das despesas pagas.
- II - Requisitar ao Presidente todos os elementos que julgar necessários para o completo e perfeito desempenho de suas atribuições, inclusive assessoramento técnico.

Art. 49. Serão lavradas atas dos trabalhos das reuniões da Comissão de Tomada de Contas.

CONSELHO REGIONAL DE ODONTOLOGIA DE RORAIMA

Regimento Interno do CRO-RR - Resolução CRO-RR-001/2014
-continuação-

-13-

CAPÍTULO VII
DA DIRETORIA

Art. 50. A Diretoria é um órgão deliberativo executivo do CRO-RR, integrada por 03 (três) Conselheiros Efetivos, eleitos pelo Plenário com mandato de 02 (dois) anos, para o exercício dos cargos de Presidente, Secretário e Tesoureiro.

§ 1º. A eleição obedecerá ao critério de escrutínio secreto e será realizada em sessão ordinária, na data do término do mandato da Diretoria a ser substituída.

§ 2º. Os membros da Diretoria serão empossados, pelo Presidente do Plenário, na mesma sessão em que forem eleitos.

Art. 51. Na ocorrência de falta ou impedimento ocasional de membros da Diretoria, as substituições serão automáticas, independentemente de publicação em imprensa oficial, e processadas da seguinte forma:

- I - O Secretário acumulará o exercício de seu cargo com o de Presidente; e,
- II - O Tesoureiro acumulará o seu exercício de seu cargo com o de Secretário.

Art. 52. O membro da Diretoria que faltar, sem justificativa ou licença prévia do Conselho, a 03 (três) sessões consecutivas ou 06 (seis) intercaladas, perderá o mandato, sendo declarada a vacância do cargo.

Art. 53. O afastamento do cargo da Diretoria, por licença ou por qualquer outro motivo por mais de 90 (noventa) dias, consecutivos ou intercalados, implicará na perda do mandato, sendo declarada a vacância do cargo.

Art. 54. Na ocorrência de vaga de qualquer cargo da Diretoria, o Plenário fará nova eleição para o seu preenchimento, pelo tempo que restar do mandato a ser cumprido, na primeira reunião que se realizar após a verificação da vaga.

Parágrafo único. Até que se realize a eleição a que se refere este artigo a vaga será preenchida na forma prevista no artigo 51.

Art. 55. Compete à Diretoria, além do desempenho das disposições do artigo 13:

- I - Decidir, como órgão superior, os assuntos referentes às relações com os servidores do CRO-RR; e,
- II - Aprovar as atas de suas reuniões.

Art. 56. A responsabilidade administrativa e financeira do CRO-RR e a sua representação ampla cabem ao Presidente através da ação coordenada com os demais membros da Diretoria na área político profissional, administrativa e econômico-financeira.

§ 1º. As áreas político-profissional e administrativa cabem ao Secretário.

§ 2º. A área econômico-financeira cabe ao Tesoureiro.

Art. 57. O órgão executivo e coordenador da Diretoria é a Secretaria da Presidência, com estrutura e atribuições definidas neste Regimento.

Art. 58. A Diretoria reunir-se-á, por convocação do Presidente, em sessões ordinárias e extraordinárias.

Parágrafo único. As sessões terão caráter privado, podendo, no entanto, ser realizadas sessões secretas e públicas.

CONSELHO REGIONAL DE ODONTOLOGIA DE RORAIMA

Regimento Interno do CRO-RR - Resolução CRO-RR-001/2014
-continuação-

-14-

Art. 59. É ordinária a sessão cuja realização tenha sido prevista no programa anual de trabalho do CRO-RR, e as despesas respectivas, incluídas na previsão orçamentária do exercício.

Parágrafo único. O intervalo entre duas sessões ordinárias consecutivas não poderá ser superior a 45 (quarenta e cinco) dias.

Art. 60. É extraordinária a sessão convocada quando da ocorrência de eventos, que, por seu vulto e importância, a critério do Presidente, justifique a providência.

§ 1º. As despesas com a realização de sessões extraordinárias ocorrerão à conta de créditos especiais.

§ 2º. A convocação de sessão extraordinária será específica para a apreciação de evento que a obrigar e precedida de justificativa.

Art. 61. A Diretoria delibera por maioria absoluta de votos, cabendo ao Presidente o voto de qualidade.

§ 1º. O “quorum” mínimo para deliberar será de 02 (dois) membros.

§ 2º. A verificação do “quorum” precederá a abertura dos trabalhos das sessões e será feita através de chamada processada pelo Secretário e após a assinatura do livro de presenças.

§ 3º. A inexistência de “quorum” implicará na transferência da sessão pelo Presidente, para outra hora ou dia.

Art. 62. As deliberações da Diretoria serão divulgadas através de atos do Presidente e constarão das atas das sessões respectivas, que serão assinadas, obrigatoriamente, pelos membros da Diretoria e, optativamente, pelos eventuais participantes, convocados ou convidados.

Art. 63. As sessões ordinárias constarão de:

- I - Discussão e aprovação da ata da sessão anterior, cuja leitura será dispensada, se distribuídas cópias da mesma aos membros da Diretoria com a antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, da data da realização da sessão;
- II - Comunicações e entrega ao Secretário de proposta e requerimento;
- III - Ordem do Dia compreende:
 - a) Designação de comissões;
 - b) Distribuições de processos;
 - c) Trabalhos de comissões;
 - d) Julgamento de processos;
 - e) Apreciação dos relatórios das comissões;
 - f) Discussão das propostas e requerimentos; e,
 - g) Assuntos gerais.

Art. 64. Durante suas sessões a Diretoria contará com o assessoramento a que se referem os itens IV e V, do artigo 30.

Art. 65. Poderão participar das sessões da Diretoria na qualidade de convocados ou convidados, sem direito de voto, além dos membros efetivos e suplentes do CRO-RR, outras pessoas, a critério do Presidente.

Art. 66. Em manual normativo e específico serão compilados os procedimentos a serem observados durante os trabalhos das sessões.

Art. 67. São atribuições do Presidente:

CONSELHO REGIONAL DE ODONTOLOGIA DE RORAIMA

Regimento Interno do CRO-RR - Resolução CRO-RR-001/2014

-continuação-

-15-

- I - Administrar, em toda sua plenitude, a Autarquia;
- II - Representar a Autarquia em solenidades, perante os Poderes Públicos, inclusive em Juízo, e, em todas as relações com terceiros;
- III - Designar representantes ou procuradores;
- IV - Convocar e presidir a Assembleia Geral, sessões ordinárias e extraordinárias do Plenário e da Diretoria, e, outras reuniões do interesse da administração do CRO-RR;
- V - Determinar a pauta das sessões da Assembleia Geral, do Plenário e da Diretoria e das demais reuniões que deva presidir, e convocar ou convidar os participantes das mesmas;
- VI - Convocar, na ocorrência de vaga, falta ou impedimento de Conselheiro, o suplente que o deva substituir;
- VII - Dar posse:
 - a) Ao cirurgião-dentista eleito para o cargo de Conselheiro Regional, na qualidade de membro efetivo ou suplente;
 - b) Aos Conselheiros Regionais eleitos para os cargos da Diretoria e da Comissão de Tomada de Contas; e,
 - c) Ao suplente convocado na forma prevista no item VI.
- VIII - Nomear membros “*ad hoc*” para o desempenho de funções ou exercício de cargos, nos impedimentos eventuais dos respectivos titulares e dar-lhes posse;
- IX - Designar e empossar os Presidentes de Comissões;
- X - Designar Relatores;
- XI - Designar os integrantes dos órgãos técnicos e auxiliares e os responsáveis pela execução de seus serviços, bem como os respectivos substitutos e dar-lhes posse, quando for o caso;
- XII - Assinar termos de compromissos e de abertura e encerramento dos livros oficiais do CRO-RR, autenticando, por rubrica, as respectivas folhas;
- XIII - Assinar com o Secretário, os atos que traduzam as deliberações da Assembleia Geral, do Plenário e da Diretoria;
- XIV - Autorizar a expedição de certidões;
- XV - Conceder vista de processos;
- XVI - Decidir questões de ordem e de fato;
- XVII - Fixar horário de expedientes da Autarquia;
- XVIII - Propor a criação de funções ou empregos e provê-los, admitindo ou contratando servidores;
- XIX - Arbitrar remunerações e gratificações por serviços prestados ao CRO-RR;
- XX - Conceder elogios, férias, licenças, aplicar penalidades e dispensar servidores do CRO-RR;
- XXI - Executar o orçamento aprovado pelo Plenário;
- XXII - Movimentar as contas bancárias juntamente com o Tesoureiro, assinando os cheques e tudo o mais que se exija

CONSELHO REGIONAL DE ODONTOLOGIA DE RORAIMA

Regimento Interno do CRO-RR - Resolução CRO-RR-001/2014

-continuação-

-16-

- para o referido fim;
- XXIII - Autorizar o pagamento das despesas orçamentárias e extra-orçamentárias;
 - XXIV - Proferir o voto de qualidade;
 - XXV - Decidir “*ad referendum*” da Diretoria e do Plenário, os casos que, por urgência ou importância, obriguem a adoção da providência;
 - XXVI - Delegar suas atribuições; e,
 - XXVII - Cumprir e fazer cumprir este Regimento.

Art. 68. São atribuições do Secretário:

- I - Assessorar o Presidente no desempenho de suas atribuições;
- II - Apreciar e instruir, para consideração da administração da Autarquia, sua orientação e adoção de procedimentos, os processos e assuntos de interesse da política profissional e de relacionamento com as demais entidades associativas ou representativas de classe;
- III - Supervisionar as atividades da Secretaria da Presidência e dos órgãos técnicos e auxiliares do CRO-RR, com exceção da área econômico-financeira;
- IV - Substituir o Presidente e o Tesoureiro em suas faltas e impedimentos;
- V - Assinar, com o Presidente os atos que traduzam as deliberações da Assembleia Geral, do Plenário e da Diretoria;
- VI - Proceder às verificações de “*quorum*” nas sessões do Plenário e da Diretoria, bem como da Assembleia Geral;
- VII - Secretariar as reuniões da Assembleia Geral, do Plenário e da Diretoria;
- VIII - Elaborar as atas das sessões do Plenário e da Diretoria, bem como da Assembleia Geral;
- IX - Elaborar, anualmente, o relatório do Conselho;
- X - Dar posse:
 - a) Ao Conselheiro Regional reeleito, que se encontra no exercício da Presidência do Conselho, na falta ou impedimento ocasional do Presidente do CFO; e,
 - b) Ao Presidente reeleito, na falta ou impedimento ocasional do Presidente do CFO.
- XI - Delegar suas atribuições; e,
- XII - Cumprir e fazer cumprir este Regimento.

Art. 69. São atribuições do Tesoureiro:

- I - Supervisionar as atividades dos órgãos técnicos e administrativos da área econômico-financeira, mantendo sobre sua responsabilidade direta, o controle de patrimônio da Autarquia, a guarda dos papéis de crédito e a execução da arrecadação de sua receita;
- II - Substituir o Secretário em suas faltas e impedimentos;

CONSELHO REGIONAL DE ODONTOLOGIA DE RORAIMA

Regimento Interno do CRO-RR - Resolução CRO-RR-001/2014

-continuação-

-17-

- III - Movimentar, juntamente com o Presidente as contas bancárias, assinando cheques e tudo o mais que se exija para o referido fim;
- IV - Assinar, com o Presidente, as prestações de contas e demais documentos relativos às atividades dos órgãos da área sob sua supervisão;
- V - Supervisionar a elaboração da proposta orçamentária;
- VI - Delegar suas atribuições; e,
- VII - Cumprir e fazer cumprir este Regimento.

CAPÍTULO VIII DA SECRETARIA DA PRESIDÊNCIA E DOS ÓRGÃOS TÉCNICOS

Art. 70. A **Secretaria da Presidência - SEPRE** - é o órgão através do qual a Diretoria desempenha sua ação executiva, atuando diretamente sobre os órgãos técnicos e administrativos integrantes da estrutura da Autarquia, coordenando as suas atividades.

Art. 71. Integram a Secretaria da Presidência - **SEPRE**:

- I - **Chefia;**
- II - **Seção de Coordenação - SECOR;**
- III - **Procuradoria Jurídica - PROJUR;**
- IV - **Assessorias; e,**
- V - **Comissões.**

Parágrafo único. As Assessorias e Comissões são criadas pela Diretoria, para a execução de determinadas tarefas exigidas para o exercício de sua competência ou para atingir aqueles fins que não recomendem a criação de serviço permanente, nos assuntos previstos nos itens da alínea “c”, do artigo 72.

Art. 72. Compete à **SEPRE**:

a) A da **Seção de Coordenação - SECOR**:

- I - Coordenar, junto às chefias dos órgãos, as atividades dos mesmos, a fim de assegurar a uniformidade de procedimentos e o equilíbrio da dinâmica das respectivas rotinas;
- II - Assessorar a Diretoria e o Plenário através da instrução de processos e assuntos;
- III - Planejar os programas de orientação técnica das Delegacias, Escritórios de Representação e Representações;
- IV - Promover reuniões periódicas das chefias dos órgãos integrantes da estrutura do CRO-RR;
- V - Coligir, para estudo comparativo, informações sobre a administração dos demais Conselhos de Fiscalização Profissional;
- VI - Organizar repositórios de prática, de organização e métodos que se mostrem eficientes;
- VII - Elaborar projetos de reestruturação das administrações das Delegacias e Escritórios de Representação, supervisionando

CONSELHO REGIONAL DE ODONTOLOGIA DE RORAIMA

Regimento Interno do CRO-RR - Resolução CRO-RR-001/2014

-continuação-

-18-

- sua implantação progressiva;
- VIII - Propor à Presidência a suspensão dos órgãos que se tornem superados por força de mudanças e condições, a transformação dos que, pelo mesmo motivo, perderem funções ou adquirirem outras, e, a criação dos necessários ao atendimento de necessidades novas;
 - IX - Propor eliminação da duplicidade, concorrência e oposição da função que, por qualquer forma, evidenciem-se;
 - X - Observar a adequação estrutural dos órgãos administrativos da Autarquia às suas finalidades, propondo as modificações necessárias àquela adequação;
 - XI - Realizar estudos e pesquisa nas Delegacias Regionais e Escritórios de Representação com o objetivo de simplificar os métodos e rotinas adotadas para o desempenho de suas atribuições;
 - XII - Proceder, através de pesquisa, a elaboração de trabalhos estatísticos, necessários à avaliação de eficiência do atendimento de suas respectivas atribuições pelas Delegacias Regionais e Escritórios de Representação, face aos recursos recebidos para sua execução;
 - XIII - Elaborar formulários e normas sobre instrução e tramitação de processos, bem como oferecer orientação às providências a serem adotadas para facilitar as relações entre os órgãos integrantes da Autarquia e o público;
 - XIV - Elaborar normas para a confecção de relatórios e atos administrativos, preparar manuais, gráficos e outros elementos de utilidade para o funcionamento da Autarquia; e,
 - XV - Organizar e manter atualizada a documentação necessária às suas atividades.

b) Através da **Procuradoria Jurídica - PROJUR:**

- I - Assessorar a Presidência, Diretoria e Membros do Conselho Regional nas reuniões e comissões na instrução de processos e assuntos;
- II - Emitir pareceres, de natureza jurídica nos assuntos submetidos ao seu exame, por determinação do Presidente;
- III - Estudar e emitir parecer sobre a interpretação da legislação em geral e, particularmente, das leis, decretos, regulamentos, regimentos, normas e instruções relacionadas com as atividades do Conselho Federal, quando solicitada;
- IV - Emitir pareceres em processos inclusive naqueles impetrados contra o Conselho;
- V - Estudar e elaborar anteprojeto de regulamentação complementar ou de alteração de legislação relacionada com a regulamentação profissional;
- VI - Redigir anteprojeto de leis, decretos, resoluções, decisões e portarias;

CONSELHO REGIONAL DE ODONTOLOGIA DE RORAIMA

Regimento Interno do CRO-RR - Resolução CRO-RR-001/2014

-continuação-

-19-

- VII - Elaborar e propor a expedição de normas que facilitem a uniforme aplicação da legislação, à base da doutrina e da jurisprudência, ou solucionem questões de caráter geral, relativas ao exercício da Odontologia;
- VIII - Manter fichários de legislação e jurisprudência necessário ao desempenho de suas atividades;
- IX - Prestar assistência jurídica em Juízo, ou fora dele, ao Conselho Regional;
- X - Prestar assistência e orientação jurídica às Delegacias Regionais e Escritórios de Representação, por determinação do Presidente;
- XI - Acompanhar, na esfera do Poder Judiciário, o andamento de processos que envolvam interesse do Conselho Regional;
- XII - Examinar e instruir os processos a serem encaminhados aos Conselheiros para pareceres;
- XIII - Redigir acórdãos das decisões de julgamento dos processos éticos ou disciplinares;
- XIV - Controlar os prazos legais existentes nas legislações que regem os Conselhos de Odontologia, alertando os setores interessados para cumprimento;
- XV - Controlar as publicações dos atos do Conselho Regional na Imprensa Oficial, promovendo as anotações exigidas; e,
- XVI - Realizar outras tarefas que lhe forem cometidas.

c) Através das **Assessorias** e **Comissões**, assessorar o Plenário e a Diretoria nos assuntos relativos a:

- I - Definição de atitudes e orientação sobre procedimentos a serem observados pelos órgãos integrantes da Autarquia no controle e defesa dos interesses da Odontologia;
- II - Elaboração de planos para prestação de Assistência Odontológica e seu aperfeiçoamento, equacionados às condições sócio-econômicas das populações e das regiões em que devam ser aplicados;
- III - Instrução dos processos de inscrição no CRO-RR, das entidades associativas ou representativas de classe;
- IV - Aprimoramento técnico-científico de seus profissionais;
- V - Definição, avaliação e reconhecimento dos títulos ou credenciais conferidos aos cirurgiões-dentistas como comprovante de habilitação ao anúncio do exercício das Especialidades Odontológicas;
- VI - Aprovação de cursos de formação de Especialistas ministrados por Entidades não sujeitas às fiscalizações do Ministério da Educação e Cultura e outros órgãos oficiais de ensino;
- VII - Fiscalização, do exercício profissional, inclusive em hospitais e policlínicas, de anúncios de propaganda vinculados à Odontologia; dos estabelecimentos comerciais e industriais de materiais odontológicos e de execução de

CONSELHO REGIONAL DE ODONTOLOGIA DE RORAIMA

Regimento Interno do CRO-RR - Resolução CRO-RR-001/2014

-continuação-

-20-

- convênios;
- VIII - Racionalização do trabalho de cirurgião-dentista; prestação de serviços Odontológicos sob vínculo empregatício; remuneração dos diferentes tipos de trabalhos Odontológicos; e, formação de mão-de-obra auxiliar ao trabalho de cirurgião-dentista;
 - IX - Estabelecimento e manutenção de contatos com entidades representativas de classe e a Imprensa, nas áreas de promoção e de relacionamento, para a melhor conceituação da classe e de seus integrantes, junto às demais profissões e à sociedade;
 - X - Coleta, classificação e conservação de documentos; e, organização e manutenção de fichários de legislação e atos oficiais e de jurisprudência firmada sobre matérias de interesse da Odontologia;
 - XI - Acompanhamento da tramitação, nos órgãos dos poderes Executivos e Legislativos, de projetos ou processos que envolvam interesses da Odontologia e de seus profissionais;
 - XII - Coleta e coordenação de dados para elaboração de relatório anual da Autarquia;
 - XIII - Elaboração do Boletim CRO-RR, promoção da impressão de publicações e divulgação de matéria doutrinária, informativa, crítica, noticiosa e dos conhecimentos referentes ao desempenho ético dos profissionais da Odontologia;
 - XIV - Divulgação das atividades da Autarquia inclusive, dos nomes dos profissionais, firmas e entidades, habilitados ao exercício de atividades vinculadas à Odontologia;
 - XV - Execução ocasional, sem caráter de permanência, de atividades específicas; e,
 - XVI - Qualquer outra atividade que lhes seja cometida, a critério da Diretoria.

**CAPÍTULO IX
DOS ÓRGÃOS AUXILIARES**

Art. 73. Constituem órgãos auxiliares, os setores que prestam serviços de administração geral necessários ao desempenho das finalidades da Autarquia.

Art. 74. São órgãos auxiliares:

- I - **Setor Econômico e Financeiro - SEF;**
- II - **Setor de Inscrição e Cadastro - SIC;**
- III - **Setor de Serviços Gerais - SSG; e,**
- IV - **Delegacias Regionais, Escritórios de Representação e Representantes - DR, ER e REP.**

Art. 75. Integram o Setor Econômico e Financeiro - SEF:

- I - **Chefia;**
- II - **Turma de Orçamento - TOR;**

CONSELHO REGIONAL DE ODONTOLOGIA DE RORAIMA

Regimento Interno do CRO-RR - Resolução CRO-RR-001/2014
-continuação-

-21-

- III - **Turma de Contabilidade - TCON; e,**
- IV - **Turma de Auditoria - TAUD.**

Art. 76. Compete ao **SEF**:

a) Através da **Turma de Orçamento - TOR**:

- I - Elaborar, anualmente, de acordo com as instruções do Presidente e do Tesoureiro, a proposta orçamentária do CRO-RR, observados os princípios estabelecidos na legislação específica e as normas ditadas pelo Tribunal de Contas da União e Conselho Federal de Odontologia;
- II - Elaborar, anualmente, de acordo com as instruções dos respectivos dirigentes, as propostas orçamentárias das Delegacias e Escritórios de Representação, cujos serviços contábeis estejam a cargo do SEF, observadas também, as disposições do Conselho Federal de Odontologia sobre a matéria, além dos princípios e normas a que se refere o item anterior;
- III - Zelar pela fiel execução dos orçamentos do CRO-RR, e de suas Delegacias Regionais e Escritórios de Representação;
- IV - Apreciar, para consideração do Plenário, os programas de trabalho em que as Delegacias Regionais e Escritórios de Representação baseiem as suas propostas orçamentárias, a fim de harmonizá-lo com diretrizes administrativas da Autarquia;
- V - Propor medidas administrativas, financeiras e econômicas para correção dos desajustamentos que se verifiquem durante a execução dos orçamentos;
- VI - Opinar sobre questões que, direta ou indiretamente, se prendam à elaboração, execução e controle dos orçamentos;
- VII - Controlar os saldos das dotações e emitir notas de empenho;
- VIII - Cooperar no estudo das medidas relativas ao aperfeiçoamento de sistema de arrecadação das rendas do CRO-RR, e do Conselho Federal de Odontologia a seu cargo, confrontando as previsões com a receita arrecadada e identificando as causas das variações;
- IX - Orientar e auxiliar, quando solicitado, as Delegacias Regionais e Escritórios de Representação nos estudos relativos à sua administração orçamentária;
- X - Manter a Diretoria a par do desenvolvimento da execução orçamentária, mediante relatórios trimestrais, com base em informações colhidas nos balancetes das Delegacias Regionais e Escritórios de Representação;
- XI - Emitir parecer sobre processos de abertura de créditos

CONSELHO REGIONAL DE ODONTOLOGIA DE RORAIMA

Regimento Interno do CRO-RR - Resolução CRO-RR-001/2014

-continuação-

-22-

- e reformulações de orçamento; e,
- XII - Sugerir os prazos a serem observados pelas Delegacias Regionais e Escritórios de Representação para remessa, ao CRO-RR, de suas propostas orçamentárias, reformulações de orçamento e abertura de créditos.
- b) Através da **Turma de Contabilidade - TCON:**
- I - Proceder aos registros contábeis baseados nos documentos comprobatórios das operações econômico-financeiras, após seu exame legal, aritmético, moral e contábil;
- II - Preparar os balancetes e prestações de contas, observados os princípios estabelecidos na legislação específica e as normas ditadas pelo Conselho Federal de Odontologia;
- III - Padronizar e coordenar os balanços e demonstrações de contas das Delegacias e Escritórios de Representação;
- IV - Sugerir os prazos a serem observados pelas Delegacias e Escritórios de Representação para a remessa ao CRO-RR de suas prestações de contas;
- V - Examinar as comprovações dos adiantamentos concedidos aos servidores e representantes; e,
- VI - Manter atualizado o registro dos responsáveis por adiantamento, controlando os respectivos prazos de comprovação.

Art. 77. Integram o Setor de Inscrição e Cadastro – **SIC:**

- I - **Chefia;**
II - **Turma de Inscrições - TUI;** e,
III - **Turma de Cadastro - TUC.**

Art. 78. Compete ao **SIC:**

- a) Através da **Turma de Inscrições – TUI:**
- I - Efetuar as inscrições a que se refere o item X, do artigo 13;
- II - Guardar e conservar os livros de inscrição; e,
- III - Guardar e conservar o acervo de processos de inscrição.
- b) Através da **Turma de Cadastro – TUC:**
- I - Organizar e manter atualizado os cadastros a que se refere o item XI, do artigo 13; e,
- II - Elaborar relatórios estatísticos.

Art. 79. Integram o Setor de Serviços Gerais – **SSG:**

- I - **Chefia;**
II - **Turma de Protocolo e Arquivo - TPA;**
III - **Turma de Pessoal e Material - TPM;**

CONSELHO REGIONAL DE ODONTOLOGIA DE RORAIMA

Regimento Interno do CRO-RR - Resolução CRO-RR-001/2014

-continuação-

-23-

- IV - **Turma de Expediente e Biblioteca - TEB;**
- V - **Turma de Mecanografia - TMC; e,**
- VI - **Turma de Recepção e Zeladoria - TRZ.**

Art. 80. Compete ao **SSG**:

- a) Através da **Turma de Protocolo e Arquivo – TPA**:
 - I - Receber, registrar, numerar, distribuir, expedir e guardar correspondência; e,
 - II - Processar em autos protocolizados e fichados, com folhas numeradas e rubricadas, os assuntos a serem submetidos a estudo, discussão ou votação, arquivando-os após as decisões respectivas.
- b) Através da **Turma de Pessoal e Material - TPM**:
 - I - Apreciar questões relativas a direitos, vantagens, deveres e responsabilidades dos servidores, bem como a ação disciplinar que sobre os mesmos possam incidir e, conforme o caso, orientar e fiscalizar a aplicação da legislação respectiva;
 - II - Opinar quanto à celebração, renovação, alteração ou rescisão de contrato de pessoal;
 - III - Lavrar os atos pertinentes às relações com os servidores, providenciando a sua divulgação, quando for o caso;
 - IV - Organizar e manter atualizados os elementos e registros relativos à vida funcional dos servidores, necessários, inclusive, à avaliação de merecimento e antiguidade para o processamento de melhorias salariais;
 - V - Anotar as carteiras profissionais dos servidores;
 - VI - Emitir cartões de identidade profissional;
 - VII - Organizar e manter atualizado em local visível dos servidores o quadro de horário de trabalho, conforme modelo oficial;
 - VIII - Averbar descontos e verificar sua efetivação;
 - IX - Organizar e manter atualizadas contas correntes de servidores, em fichas financeiras individuais;
 - X - Elaborar folhas de pagamento e quaisquer outros expedientes relativos ao pagamento de pessoal;
 - XI - Controlar a frequência dos servidores;
 - XII - Elaborar, anualmente, em coordenação com os setores integrantes, a escala de férias dos servidores e fiscalizar seu cumprimento;
 - XIII - Zelar pelo atendimento das normas de higiene, segurança e racionalização do trabalho, previstas em leis e regulamentos;
 - XIV - Zelar pela observância de legislações trabalhistas e da

CONSELHO REGIONAL DE ODONTOLOGIA DE RORAIMA

Regimento Interno do CRO-RR - Resolução CRO-RR-001/2014

-continuação-

-24-

- Previdência Social, inclusive quanto ao cumprimento de prazos;
- XV - Organizar e manter atualizados: fichários de legislação e jurisprudência; e a documentação necessária ao desempenho de suas atividades;
 - XVI - Manifestar-se sobre questões que digam respeito às relações de emprego;
 - XVII - Apreciar e instruir os processos relativos à contratação de serviços temporários;
 - XVIII - Acompanhar as questões que digam respeito às relações de emprego;
 - XIX - Promover o aperfeiçoamento e o treinamento, em serviço, dos servidores;
 - XX - Promover as aquisições de material e prestação de serviços, observadas as normas e os preceitos legais que regulem o assunto;
 - XXI - Atestar as faturas referentes às aquisições de material e de prestação de serviços;
 - XXII - Processar pagamento a conta de créditos destinados a material e serviços de terceiros;
 - XXIII - Registrar, guardar e distribuir o material adquirido;
 - XXIV - Manter controle das quantidades e prazos de validade do material distribuído;
 - XXV - Manter controle do estoque mínimo dos materiais de uso mais frequente; e,
 - XXVI - Manter atualizado um cadastro de fornecedores e preços.
- c) Através da **Turma de Expediente e Biblioteca – TEB:**
- I - Redigir a correspondência externa e os atos oficiais;
 - II - Providenciar as publicações na Imprensa Oficial e na leiga;
 - III - Instruir processos;
 - IV - Expedir certidões;
 - V - Organizar e manter atualizados um cadastro de nomes e endereços, inclusive *e-mails* mais usuais, para o endereçamento de correspondência; e,
 - VI - Adquirir, registrar, classificar, catalogar, guardar e conservar livros, folhetos, jornais, revistas e outras publicações e álbuns fotográficos, de “*slides*” ou de recortes, de propriedade da Autarquia, controlando seu empréstimo e utilização.
- d) Através da **Turma de Mecanografia – TMC:**
- I - Executar serviços de digitação, datilográficos, de digitalização, de cópias em computadores, máquinas manuais e elétricas;
 - II - Operar equipamentos fotográficos, de ditado, de

CONSELHO REGIONAL DE ODONTOLOGIA DE RORAIMA

Regimento Interno do CRO-RR - Resolução CRO-RR-001/2014
-continuação-

-25-

- III - projeção e de som; e,
- Guardar e diligenciar no sentido em que se mantenham em perfeitas condições de funcionamento, computadores e equipamentos de tiragem de cópias, ditado, fotografias, equipamentos de som e de imagem, de propriedade da Autarquia.
- e) Através da **Turma de Recepção e Zeladoria – TRZ:**
- I - Manter o primeiro contato com o público, prestando informações e recebendo, para encaminhamento aos setores, visitantes, queixas, sugestões, encomendas e correspondências;
- II - Organizar e manter atualizado um controle estatístico de visitantes e de uso externo das linhas telefônicas do CRO-RR;
- III - Organizar e manter atualizado um cadastro de endereços telefônicos mais usuais;
- IV - Providenciar a execução de serviços externos, solicitados pelos setores;
- V - Executar, por solicitação dos setores, serviços internos de circulação de correspondência, livros, material etc.;
- VI - Anotar e transmitir recados;
- VII - Executar os serviços de distribuição de café e água nos locais de trabalho;
- VIII - Ter sob sua guarda e controle, uma caixa de primeiros socorros e medicamento de urgência;
- IX - Diligenciar para que sejam mantidas em boas condições de conservação e higiene, as dependências e instalações do imóvel-sede do CRO-RR;
- X - Promover a limpeza das dependências e instalações do imóvel-sede do CRO-RR e fiscalizar a limpeza de sua parte externa, inclusive nos corredores se for o caso;
- XI - Providenciar a remoção de lixo das dependências do imóvel-sede;
- XII - Providenciar o conserto do material em uso;
- XIII - Diligenciar no sentido de que se mantenham em perfeitas condições de funcionamento, as instalações elétricas, hidráulicas, telefônicas e de gás;
- XIV - Providenciar, diariamente: a abertura das portas de acesso ao imóvel-sede e a colocação em funcionamento dos equipamentos e recursos de higiene, segurança e conforto, ao início do expediente e, o encerramento das portas e desligamento dos equipamentos, ao término; e,
- XV - Exercer vigilância permanente, durante o horário de expediente nos locais de entrada, saída e permanência de visitantes.

Art. 81. As Delegacias Regionais e Escritórios de Representação serão

CONSELHO REGIONAL DE ODONTOLOGIA DE RORAIMA

Regimento Interno do CRO-RR - Resolução CRO-RR-001/2014

-continuação-

-26-

instalados, em pontos do território estadual que, por suas condições sócio-econômicas ofereçam àqueles órgãos, melhores possibilidades de uma atuação efetiva sobre as respectivas jurisdições.

**CAPITULO X
DAS ATRIBUIÇÕES DOS SERVIDORES**

Art. 82. A Secretaria da Presidência e demais órgãos integrantes da estrutura do CRO-RR, terão chefes ou encarregados, designados pelo Presidente.

Art. 83. Compete ao **Chefe da Secretaria da Presidência:**

- I - Despachar, pessoalmente, com o Presidente;
- II - Despachar com os Chefes dos Setores; e,
- III - Cumprir as determinações emanadas da Presidência, orientando, coordenando, dirigindo e supervisionando os trabalhos do CRO-RR e da Presidência.

Art. 84. Compete ao **Procurador Jurídico:**

- I - Despachar, pessoalmente, com o Presidente;
- II - Emitir pareceres de natureza jurídica, nos assuntos submetidos ao seu exame, por determinação do Presidente;
- III - Orientar, coordenar, dirigir e supervisionar os trabalhos de Procuradoria Jurídica; e,
- IV - Promover representação jurídica perante os Órgãos do Poder Judiciário, em favor dos interesses éticos e legais do CRO-RR, e dos seus Conselheiros e do quadro de pessoal, quando estes estiverem a serviço do referido Regional.

Art. 85. Compete aos **Chefes de Setores:**

- I - Despachar pessoalmente, com o Presidente e o Chefe da Secretaria da Presidência;
- II - Despachar com os encarregados das Turmas do Setor; e,
- III - Orientar, coordenar, dirigir e supervisionar os trabalhos do Setor.

Art. 86. Compete aos **Encarregados das Turmas:**

- I - Despachar, pessoalmente, com o Chefe do Respectivo Setor; e,
- II - Orientar, coordenar, dirigir e supervisionar os trabalhos da Turma.

Art. 87. Os Delegados Regionais e os Chefes dos Escritórios de Representação subordinam-se diretamente ao Presidente e as suas atribuições serão estabelecidas nos atos que criarem os órgãos.

Art. 88. As atribuições, responsabilidades e demais características pertinentes às funções da tabela de empregos do CRO-RR serão especificados em manual próprio.

CONSELHO REGIONAL DE ODONTOLOGIA DE RORAIMA

Regimento Interno do CRO-RR - Resolução CRO-RR-001/2014
-continuação-

-27-

CAPÍTULO XI
DOS ATOS DE AUTORIDADE OU NORMATIVOS

Art. 89. As deliberações da Assembleia Geral, do Plenário e da Diretoria serão proferidas através de Resoluções, Decisões e Acórdãos.

§ 1º. Resolução é o ato através do qual a Assembleia Geral, o Plenário ou a Diretoria impõe ordens ou estabelece normas de caráter geral.

§ 2º. Decisão é o ato através do qual a Assembleia Geral, o Plenário ou a Diretoria decide sobre qualquer matéria de ordem administrativa ou sobre qualquer interpretação de disposição regulamentar.

§ 3º. Acórdão é o ato através do qual o Plenário ou a Diretoria profere suas decisões ao julgar os processos éticos ou disciplinares.

Art. 90. As determinações da Presidência serão proferidas através de Portarias, Despachos e Ordens de Serviço.

§ 1º. Portaria é o ato através do qual a Presidência dispõe, dentro de sua competência, sobre qualquer matéria de ordem administrativa ou normativa.

§ 2º. Despacho é o ato através do qual a Presidência decide sobre o encaminhamento de assunto ou lhe dá soluções.

§ 3º. Ordem de Serviço é o ato através do qual a Presidência impõe ordens ou estabelece normas de caráter interno.

§ 4º. A Presidência, no exercício da competência delegada, ou “*ad referendum*” do Plenário ou da Diretoria, manifesta-se também, através de Resoluções e Decisões.

Art. 91. Os Conselheiros manifestam-se, verbalmente ou por escrito, através de pareceres-conclusivos e votos.

§ 1º. Parecer-conclusivo é o ato através do qual o Conselheiro exprime a sua opinião ou modo de pensar, acerca de um fato ou situação e sugere soluções, para consideração de seus pares, após evidenciar razões que possam conduzir à aprovação do ato.

§ 2º. Voto é o ato do qual o Conselheiro manifesta a sua opinião acerca de um fato ou situação, submetidos diretamente a seu veredicto ou decisão.

Art. 92. As Comissões integradas por Membros Efetivos do CRO-RR manifestam-se através de Relatórios-conclusivos.

Parágrafo único. Relatório-conclusivo é o ato através do qual os integrantes de uma Comissão exprimem, coletivamente, a sua opinião ou modo de pensar, acerca de um caso ou assunto, após historiar os principais fatos e argumentos relativos aos mesmos e evidenciar, expressamente as razões de ordem doutrinária ou legal, que possam conduzir à aprovação de suas conclusões.

Art. 93. A Procuradoria Jurídica manifesta-se através de Pareceres Jurídicos.

Parágrafo único. Parecer Jurídico é o ato através do qual o órgão atende às consultas encaminhadas por intermédio da Presidência, expondo a opinião do Procurador Jurídico, fundamentada em razões expressas, de ordem doutrinária ou legal.

Art. 94. Os demais órgãos integrantes da estrutura do CRO-RR manifestam-se através de Relatórios, Pareceres, Instruções de Serviços e Informações.

§ 1º. Relatório é o ato através do qual o órgão, após historiar os principais fatos e argumentos de um caso ou assunto submetido a sua consideração, encaminha à autoridade ou órgão autor da consulta, com as conclusões, após indicar,

CONSELHO REGIONAL DE ODONTOLOGIA DE RORAIMA

Regimento Interno do CRO-RR - Resolução CRO-RR-001/2014

-continuação-

-28-

expressamente, as razões de ordem doutrinária ou legal, na qual elas estejam fundamentadas.

§ 2º. Parecer é o ato do qual o órgão, baseado em razões de ordem doutrinária ou legal, pronuncia-se sobre um assunto ou pontos controversos de uma questão, sugerindo soluções.

§ 3º. Instrução de Serviço é o ato através do qual o órgão prescreve normas a serem observadas na prática ou na execução de certos atos ou serviços.

§ 4º. Informação é o ato através do qual o servidor anota, em um processo ou documento, referência ou providência que, em razão de suas funções, tenha tomado com relação ao mesmo, ou preste esclarecimento concernente ao processo ou documento, a fim de que, instruídos, subam eles à solução de autoridade superior.

Art. 95. Os Pareceres e Relatórios-conclusivos a que se referem os artigos 91 e 92 são deliberativos, por representarem votos, e os referidos nos artigos 93 e 94 são instrutivos.

Art. 96. Os atos a que se refere o artigo 89 serão assinados, conjuntamente, pelo Presidente e pelo Secretário.

Art. 97. As Resoluções e Acórdãos terão numeração cronológica infinita, precedidas da sigla do CRO-RR seguida de hífen.

Art. 98. Os atos de que tratam o parágrafo 2º, do artigo 89, e os parágrafos 1º e 3º, do artigo 94, terão numeração cronológica anual, por espécie.

§ 1º. As Decisões, Portarias e Ordens de Serviço terão numerações precedidas da sigla do CRO-RR seguida de hífen.

§ 2º. Os Pareceres Jurídicos terão numeração precedida da sigla CRO-RR, seguida da sigla PROJUR, separadas as duas por uma barra transversal, e a segunda sigla, do número, por hífen.

§ 3º. As Instruções de Serviço terão a sua numeração precedida da sigla CRO-RR, seguida de sigla do órgão emitente, separadas as duas por uma barra transversal, e a segunda sigla, do número, por hífen.

Art. 99. As Resoluções e os Acórdãos serão divulgados através de publicação na Imprensa Oficial.

Art. 100. As Decisões e Portarias serão divulgadas através de publicação no órgão interno a que se refere ao item VIII, do artigo 13.

Parágrafo único. A critério do Presidente, as Decisões e Portarias poderão ser, também, divulgadas através de publicação no órgão da Imprensa Oficial.

Art. 101. Os editais, ou quaisquer outras manifestações escritas, revestidas de cunho oficial, cuja divulgação seja feita através dos órgãos oficiais ou leigos de comunicação, sob a responsabilidade do Conselho Regional, serão firmadas, conjuntamente, pelo Presidente e pelo Secretário.

**CAPÍTULO XII
DOS PROCESSOS**

Art. 102. Todos os assuntos abrangidos pela competência ou compreendidos nas atribuições dos órgãos da Autarquia, pertinentes a sua administração, serão compilados, para tramitação e guarda, em autos ou processos protocolizados e fichados, com suas folhas numeradas e rubricadas.

Parágrafo único. Os autos ou processos a que se refere este artigo,

CONSELHO REGIONAL DE ODONTOLOGIA DE RORAIMA

Regimento Interno do CRO-RR - Resolução CRO-RR-001/2014

-continuação-

-29-

após estarem decididos definitivamente, considerada a relevância dos assuntos tratados, a critério da Diretoria, serão arquivados após tombamento feito através de registro em livro próprio ou destruído após anotação, nas respectivas fichas, dos despachos que autorizarem a providência.

Art. 103. Preparados os autos ou processos e já instruídos, serão encaminhados à Secretaria da Presidência para o despacho inicial ou distribuição aos membros da Diretoria, obedecidas às áreas de competência a que se refere o artigo 56, em seus parágrafos.

§ 1º. Excluem-se da norma prevista neste artigo, os processos cuja tramitação seja disciplinada por Leis, Decretos ou regulamentos específicos.

§ 2º. Os processos que, por sua natureza, exijam o pronunciamento da Diretoria ou do Plenário, serão encaminhados à consideração desses órgãos, instruídos com o pronunciamento conclusivo de um Relator ou de uma Comissão Relatora, designados pelo Presidente.

Art. 104. O Conselheiro designado para a função de Relator ou membro de uma Comissão Relatora poderá, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, considerar-se impedido para o exercício da função, através de declaração fundamentada dos motivos de seu impedimento, designando o Presidente outro Relator, caso julgue procedente a incompatibilidade alegada.

Parágrafo único. Aceito o impedimento, o Conselheiro Regional não poderá participar da discussão e votação da matéria ou julgamento do processo.

Art. 105. Do expediente em que for designado o Relator ou a Comissão Relatora constará, expressamente, o prazo para a apresentação do relatório.

§ 1º. O prazo será estabelecido pelo Presidente, consideradas a complexidade da matéria e a urgência pretendida para a deliberação a ser tomada.

§ 2º. Através de pedido justificado, do Relator ou da Comissão Relatora, o prazo estabelecido inicialmente poderá ser prorrogado, a critério do Presidente.

Art. 106. A Diretoria ou o Plenário, respeitada a urgência requerida para a matéria, poderá conceder vistas de processos ao Conselheiro que solicitar.

§ 1º. A vista deferida a um Conselheiro será considerada coletiva, beneficiando, também, aos que se inscrevam para usufruir daquele recurso.

§ 2º. O processo objeto de pedido de vistas será, automaticamente, considerado em regime de urgência, para apreciação na sessão seguinte do órgão.

Art. 107. Verificado o extravio ou deterioração de processo, será ele restaurado segundo as disposições de Código de Processo Penal sobre a matéria.

**CAPÍTULO XIII
DAS PENALIDADES**

Art. 108. As infrações aos dispositivos da Lei nº 4.324, de 14/04/1964, do Decreto nº 68.704, de 03/06/1971, que a regulamentou e do Código de Ética Odontológica que estiver em vigor, sujeitará os Membros Efetivos e Suplentes do CRO-RR, no exercício de seus mandatos, às penalidades cominadas naqueles diplomas legais.

§ 1º. Considerados a gravidade da infração cometida e o grau da penalidade aplicada, os Membros Efetivos e Suplentes, do CRO-RR estarão sujeitos às penalidades de:

- a) Suspensão, até 30 (trinta) dias, do exercício dos mandatos de

CONSELHO REGIONAL DE ODONTOLOGIA DE RORAIMA

Regimento Interno do CRO-RR - Resolução CRO-RR-001/2014

-continuação-

-30-

- Conselheiros Regional e/ou de Membro da Diretoria; e,
b) Cassação dos mandatos de Conselheiro Regional e/ou membro da Diretoria.

§ 2º. A condenação na justiça civil, criminal ou militar, constitui agravante para gradação das penalidades previstas neste artigo.

**CAPÍTULO XIV
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 109. A designação CONSELHO REGIONAL DE ODONTOLOGIA DE RORAIMA e a sigla CRO-RR, são de uso comum a todas as unidades regionais do CRO-RR.

Art. 110. O cirurgião-dentista eleito para exercer o cargo de Membro Efetivo ou Suplente, do CRO-RR, será convocado para tomar posse do cargo através de expediente do qual constará, expressamente, a data, hora e local, para efetivação do ato.

Parágrafo único. Decorridos 30 (trinta) dias da data prevista para a posse sem que esta se efetive, o cirurgião-dentista perderá o direito ao mandato, salvo se apresentar justificativa, que a critério do Presidente mereça acatamento.

Art. 111. Caberá ao Presidente do CRO-RR, quando presente a reuniões e solenidades promovidas pelas Delegacias Regionais e Escritórios de Representação, a presidência dos trabalhos respectivos.

Parágrafo único. O representante, credenciado pelo Presidente, gozará das mesmas prerrogativas.

Art. 112. A proposta da Presidência ou da Diretoria que deixar de ser votada em 02 (duas) reuniões consecutivas, por falta de “*quorum*”, será tida como aprovada.

Art. 113. Completam este Regimento as Resoluções e Decisões do CRO-RR, durante as respectivas vigências.

Art. 114. Este Regimento poderá ser alterado, por deliberação da maioria absoluta do Plenário, mediante proposta firmada por 03 (três) Conselheiros, submetida à apreciação de uma Comissão Relatora integrada por 03 (três) membros, desde que não entrem em choque com o Regimento Interno do Conselho Federal e suas Resoluções.

Art. 115. Os casos omissos neste Regimento serão resolvidos pelo Presidente, “*ad referendum*” do Plenário, nos casos em que a urgência requerida pelo assunto obrigue a providência.

XXXXX-----XXXXX-----XXXXX

CONSELHO REGIONAL DE ODONTOLOGIA DE RORAIMA – CRO-RR

Sede em Boa Vista - RR

Julho - 2014